



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO  
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO  
DE 2018 .....**

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, e Rui Jorge Marques dos Santos, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017. ....

.....  
Não esteve presente a Vereadora Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, tendo a mesma comunicado a sua ausência e apresentado a respetiva justificação. ....

A falta foi considerada justificada. ....

A Vereadora Lília Águas, requereu a correspondente substituição ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 2 do art.º 78.º, conjugados com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. ....

Notificados os elementos seguintes da Lista do CDS-PP à eleição para os órgãos das Autarquias Locais (eleição para a Câmara Municipal) João Carlos Pinto Martins e Tiago Manuel Borges Matias, os mesmos comunicaram que, por razões pessoais, não poderiam estar presentes, tendo, por conseguinte, sido notificado o elemento seguinte. ....

Nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, compareceu Jéssica Iolanda Amorim Lourenço. ....

.....  
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores. ....

**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu não ter sido enviada a documentação referente ao ponto 2 e ponto 7 da presente Ordem de Trabalhos, pelo que não conseguiu analisar os mesmos. ....

Em relação à Expobairrada, referiu que a mesma foi direccionada para a área dos espetáculos por forma a envolver as pessoas num clima de festa. ....

Mais disse ter sido uma boa aposta a iniciativa do “Selo Verde”, considerando ter sido uma mais valia da Expobairrada. ....

Disse ter de se pensar seriamente o que se pretende para a Expobairrada, uma vez que, do seu ponto de vista, direccionar o evento somente para a área de espetáculos é muito pouco, porque apesar de ter havido a presença de alguns empresários a expor os seus produtos, entende ter havido um vazio ao nível do pensamento estratégico, não se tendo potenciado devidamente aquele evento. ....

Reportando-se ao momento de inauguração daquele evento e apesar de terem estado presentes diferentes agentes da sociedade oliveirense, considera ter havido uma falha protocolar, facto que, no futuro, deve ser tido em atenção. ....

O **Vereador António Mota**, reportando-se à Expobairrada, ao contrário do que foi afirmado, considera não haver qualquer novo conceito em relação ao evento, uma vez que a única novidade foi uma tenda para realização de espetáculos, sendo que, da parte de alguns dos expositores, houve bastantes queixas, nomeadamente os relacionados com o sector agrícola, cuja área não era visitada, que era escura, pelo que, no seu entender, deverá ser revisto um conjunto de situações. ....

Considerou um “bluff” os concertos que se realizaram na Expobairrada, tendo mesmo havido comentários que haveria autocarros há dois dias à espera da abertura, nomeadamente no que respeita à atuação do músico Tony Carreira, cujo espetáculo defraudou muito a Câmara Municipal, tendo sido, segundo a crítica, o pior dos espetáculos. ....

No seu entender a Câmara Municipal terá de afinar alguns pormenores em algumas áreas, de modo a que o evento se continue a realizar com sucesso, tendo havido uma melhoria significativa relativamente ao evento do ano transato, mas que ficou aquém do esperado, daí a necessidade de proceder à correção do que correu menos bem. ....

O **Vereador Rui Santos**, reportando-se às palavras do Presidente da Câmara nas comemorações da elevação de Oiã a Vila, disse ter ficado agradado pelo facto de o mesmo ter focado a necessidade de melhorar as acessibilidades, a ampliação e requalificação da Zona Industrial, a construção do Pavilhão Desportivo e a ligação do edifício da Junta de Freguesia ao Largo do Cruzeiro, tendo acrescentado que não deve ser esquecida a questão do Parque de Estacionamento Subterrâneo naquele local. ....

No que respeita à Expobairrada disse que o evento melhorou significativamente em termos de organização, considerando a tenda para realização de espetáculos uma mais valia, lamentando apenas que não tenha enchido diariamente, subscrevendo o que foi dito anteriormente relativamente



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

ao cartaz artístico. ....

Considerou que, no próximo ano, deverá ser repensada a data de realização do evento, de forma a poder ser realizada no período de férias dos emigrantes, mais concretamente no mês de agosto e evitando sobreposições com outros eventos, o que poderia significar um aumento de visitantes à Expobairrada. ....

Referiu, ainda, que o tempo de duração do evento é curto, estando em crer que as pequenas e médias empresas não investem tempo e dinheiro para estarem presentes num evento que dura apenas três ou quatro dias. ....

Mais disse, defender que a Expobairrada seja um certame cuja oferta não tenha concorrência nos municípios da região, sendo que, um dos objetivos principais deveria ser a agricultura, não descurando, contudo, as restantes atividades económicas, recordando ter sido feito um investimento avultado nas infraestruturas para a Feira do Cavalo e que agora não são utilizadas. ....

Para terminar, realçou que na organização da Expobairrada e para que a mesma tenha sucesso, é fundamental que estejam presentes três entidades, a Câmara Municipal, as Associações e as Empresas e neste último caso, é essencial que a Calcob e a Kiwicoop se encontrem representadas.

No que respeita ao sorteio para os restaurantes, ao nível das Associações, lembrou que Associações houve que não puderam estar presentes, apesar dessa iniciativa constar no seu Plano de Atividades e como fonte de receita, que em muitos casos era significativa, pelo que, do seu ponto de vista, deverá ser equacionado este tipo de decisões. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, considerou a Expobairrada um sucesso, registando a satisfação generalizada de todos os intervenientes e visitantes, estranhando a menção de que havia insatisfação por parte de expositores. ....

Acrescentou que ao contactar com diversos empresários para estarem presentes no certame, lhe foi referido que não iriam estar pelo facto de o mesmo se encontrar em declínio e que tinha poucos visitantes. Durante o período do evento, ao encontrar esses mesmos empresários, foi-lhe transmitido o desejo de no próximo ano estarem presentes. ....

Reconhece que o certame ainda tem margem de crescimento, pelo que terão de ser efetuados pequenos ajustes, acreditando que os próximos anos serão de crescimento e melhoria. ....

Quanto à data de realização do evento, mencionou que se poderá efetivamente ponderar outras datas. Já no que respeita à duração, informou que aquando dos contactos com os empresários, mais do que o investimento que teriam de efetuar, a preocupação era relacionada com a mão de obra, considerando os cinco dias de duração do evento um conforto para os mesmos, porque quanto mais tempo durar a feira mais custará aos empresários. Acrescentou que o ponto ótimo não estará muito longe daqueles mesmos cinco dias. ....

Relativamente à questão dos restaurantes e das Associações, informou terem estado quinze



Oliveira do Bairro câmara municipal

pretendentes a ocuparem os espaços disponíveis, pelo que houve necessidade de realizar um sorteio, tendo ficado cinco Associações a quem não foi atribuído o espaço. Acrescentou que o número de restaurantes deve ser ajustado uma vez que, face do número de visitantes são poucos, mas o aumento terá de ser feito com bom senso. ....

O **Presidente da Câmara**, reportando-se à Expobairrada referiu que a má imagem deixada nas últimas edições fez com que as duas cooperativas do Concelho não apostassem mais no evento, isto apesar de terem sido convidadas a fazer algo de diferente no decorrer do certame, tendo informado não se encontrar disponíveis para tal este ano e que iriam ver como corria. ....

De igual forma informou não ter havido uma grande aposta na componente agrícola e florestal derivado dos problemas que ocorreram no ano transato, mais concretamente os assaltos que ocorreram e que não foram suportados pela Câmara Municipal. ....

Mais disse que o facto de a Expobairrada ter decorrido em paralelo com outro evento num Concelho, vizinho, não subtraiu visitantes, antes pelo contrário. Referiu que, embora não pretendendo avançar com números, na sexta-feira e no sábado houve uma afluência de visitantes nunca vista naquele evento, Expobairrada ou Fiacoba, nomeadamente no que respeitou à zona de exposição comercial e industrial. Este ano, após os espetáculos, as pessoas continuavam dentro do pavilhão a visitar os stands e esta foi uma melhoria substancial que foi visível. ....

Referiu que apesar das melhorias de estrutura implementadas este ano, deverá haver uma aposta na melhoria contínua do certame. ....

Disse ser um orgulho para a Câmara Municipal ter implementado a iniciativa do “Selo Verde”, mas orgulho maior foi verificar que no fim de cada espetáculo o espaço encontrava-se praticamente limpo. ....

**PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 9 – MANDATO 2017/2021, APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – VENDA DO LOTE C23, ARTIGO URBANO 5429, SITO NA ZONA INDUSTRIAL DE OIÃ À SOCIEDADE CERÂMICA FONTE NOVA, LDA. E AUTORIZAÇÃO PARA A SUA REVENDA IMEDIATA À SOCIEDADE NCP – FABRICO DE PRODUTOS METÁLICOS, S.A., PROPRIETÁRIA DO LOTE C24 (CONFINANTE A SUL) PARA AMPLIAÇÃO DA SUA UNIDADE INDUSTRIAL** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara, os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos, as Técnicas Municipais Isabel Simões e Andreia Pereira e o Assessor Jurídico da Autarquia, Pais do amaral. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, recordou que o presente assunto já foi presente em Reunião de Câmara, tendo na ocasião sido retirado. O teor da informação prestada é essencialmente o mesmo, tendo somente sido acrescentado um ponto que estipula um prazo para que a empresa adquirente



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

do lote construa no mesmo para, deste modo, salvaguardar que não se perpetue a situação de inexistência de construção naquele lote. ....

Dando a conhecer a cronologia dos factos disse que a Câmara Municipal vendeu em 1995 um lote de terreno na Zona Industrial de Oiã à Cerâmica Fonte Nova, sendo que a escritura cuja marcação competia à Câmara Municipal nunca foi efetivada, e o próprio Regulamento então em vigor estabelecia o prazo de 180 dias, após a data da escritura, para a entrega do projeto da obra.....

Esclareceu que, até à presente data, a escritura nunca foi feita. Em 2004 a Câmara Municipal procedeu a uma primeira notificação formal à Fonte Nova, na qual esclarecia que havia um incumprimento contratual e que pretendia devolver o dinheiro recebido e fazer reverter o lote a favor do Município. Da negociação então havida, resultou a venda do lote contíguo e aquela notificação caducou tacitamente porque a Câmara Municipal vendeu um novo lote, o qual foi unificado ao existente. ....

Disse ainda haver registo de contactos formais com a empresa em 2007, 2008, 2009, 2012, sem que, no entanto, tenha havido imposição ou notificação por parte do Município, para que se procedesse à construção no lote. Em setembro do ano transato, é a própria empresa que contacta a Câmara Municipal, solicitando a marcação da escritura, tendo a Câmara Municipal informado que, antes do mais, importava fazer a correção do lote, uma vez que a primeira unificação não foi realizada corretamente em termos de área e, entretanto, a segunda também não. ....

Resulta destes factos que a Câmara Municipal tem um problema com vinte anos para resolver, tendo sido recebido mais de noventa e seis mil euros à data, cujo contrato nunca foi efetuado. Existe a possibilidade de exercer o direito de reversão, o que, com juros, representa mais de duzentos e cinquenta mil euros e uma situação mais do que provável de litigância jurídica, porque a Fonte Nova não aceita esta exigência de reversão. Assim, disse ter sido entendimento da Câmara Municipal que a melhor forma de solucionar o problema era o de libertar o ónus da reversão e permitir a venda direta à NCP, empresa que possui instalações no lote contíguo. É entendimento do assessor jurídico que esta é a solução mais adequada à resolução do problema.....

O **Vereador António Mota**, referiu que pretendia ver respondida a questão que sempre colocou, se existe ou não um Regulamento para a compra e venda de lotes nas Zonas Industriais, o qual foi aprovado em Assembleia Municipal no tempo do Dr. Acílio Gala e se o mesmo tem efeito ou não tem efeito, uma vez que nunca foi revogado. No seu entender qualquer deliberação que vá contra aquele Regulamento é nula e de nenhum efeito, se o Regulamento ainda se encontra em vigor, não pode a Câmara Municipal deliberar contrariamente ao que se encontra no seu clausulado. ....

Assim sendo, disse que enquanto não for provado que o Regulamento já não se encontra em vigor, a posição dos Vereadores do PPD/PSD continuará a ser sempre a mesma, tanto mais que esta situação pode configurar um caso de polícia.....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Mais disse não poder haver dois pesos e duas medidas, tanto mais que na presente Ordem de Trabalhos consta um assunto semelhante e a solução não é idêntica, sendo essa sim, efetuada da forma correta e de acordo com o Regulamento existente. ....

Seguidamente foi dado o uso da palavra ao assessor jurídico da Autarquia, Dr. Pais do Amaral. ....

O assessor jurídico **Dr. Pais do Amaral** informou que o que está imanente a esta situação são direitos relativamente consolidados da empresa face ao Município, pelo que se for tomada uma decisão de absoluto rigor na interpretação dos factos, certamente que a parte contrária irá reagir e não estão em causa 50.000,00 € (cinquenta mil euros) ou 100.000,00 € (cem mil euros), mas de responsabilidades que podem ascender a 600.000,00 € (seiscentos mil euros) ou mais, tendo em atenção, em grande medida, porque a conduta da Câmara Municipal foi contraditória, uma vez que chegou a uma altura em que a empresa pretendia construir e a autarquia disse que naquele momento não. ....

Recordou não existir nenhum contrato celebrado entre as partes, porque se o houvesse a posição da Câmara Municipal estaria segura. Terá havido tão somente uma manifestação de intenção de aquisição, uma aceitação dessa intenção, ou seja, existem somente princípios a regular a situação, o que significa que as obrigações constantes do Regulamento não foram plasmadas em contrato. Existe apenas um ato administrativo de aceitação que implicitamente impõe essas condições, mas nem isso é claro, ou seja, não existem normas que de uma forma assertiva permitam sustentar uma determinada posição, daí ter recomendado ao Presidente da Câmara que estabelecesse um diálogo para solucionar o problema. ....

Quanto à questão da vigência ou não do Regulamento, informou que o Plano revogou o mesmo, o que significa que não se encontra em vigor, mas tal também não significa muito, uma vez que à data a regulação encontrava-se em vigor. Quer isto dizer que, se a pergunta for: se o Regulamento atualmente se encontra em vigor, a sua resposta é não. Se a pergunta for: se o Regulamento é aplicável à situação anterior, a sua resposta já é dubitativa, não consegue dar uma resposta avalizada a essa questão. ....

Acrescentou que essa sua resposta dúbia se prende com o facto de existir um determinado negócio jurídico, que não é um negócio jurídico, é um protonegocio, uma vez que nunca houve um contrato elaborado num determinado ambiente normativo, podendo-se entender que o ato que aceitou a alienação pressupunha aquelas cláusulas, contudo, tudo isto se infere implicitamente, não havendo um quadro jurídico definido. ....

No seu entender existe, neste caso, uma concorrência de culpas, a Câmara Municipal porque foi complacente e a empresa porque podia ter construído e não o fez. ....

Esclareceu haver alguns riscos para o Município e, por conseguinte, o seu conselho é que a Câmara Municipal não corra qualquer risco, daí ter recomendado o diálogo. ....

O **Vereador Rui Santos**, lamentou não ter tido acesso atempado à Proposta, importando, contudo,



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

esclarecer de uma forma cabal o cumprimento do Regulamento que, como foi afirmado pelo Dr. Pais do Amaral, não tem dúvidas que o mesmo, na presente data, não se encontra em vigor, não podendo, contudo, essa leitura ser feita à data do negócio.....

Recordou que quando o assunto foi discutido, foram levantadas diversas questões, entre o mais, o cumprimento do Regulamento e em relação a esta questão está esclarecido e a necessidade de obtenção de um parecer por parte dos Serviços Técnicos e dos Serviços Jurídicos a informar da inexistência de ilegalidades, o que não existe. ....

O **Presidente da Câmara**, informou estarem presentes os Serviços Técnicos e os Serviços Jurídicos, pelo que entende estarem reunidas as condições para ser tomada uma decisão. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que no seu entender ainda não foi dita a verdade. A proprietária do lote ao longo destes anos não construiu porque não o quis, apesar das sucessivas reuniões com os Vereadores do Pelouro e com os Presidentes de Câmara, porque aquilo que sempre pretendeu foi esta situação. ....

Mais disse que o que não se encontra em vigor são os Regulamentos dos Planos de Pormenor, que nada têm a ver com o Regulamento de Venda de Lotes no Concelho e aquele Regulamento é aplicável em todas as Zonas Industriais do Concelho, foi aprovado pela Assembleia Municipal e encontra-se em vigor. ....

Acrescentou que a advogada da empresa possui cópia do Regulamento em questão, facultado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, reiterando que o mesmo se encontra em vigor e por conseguinte os Técnicos tiveram de dar a conhecer aquele Regulamento. ....

Referiu que enquanto não for demonstrado que o Regulamento não se encontra em vigor e a data de anulação do mesmo, continuará a afirmar que qualquer deliberação da Câmara Municipal que contrarie o mesmo, é nula e de nenhum efeito. Por conseguinte, entende que a única solução é submeter uma alteração ao Regulamento à Assembleia Municipal. ....

Disse que, caso o presente assunto venha a ser aprovado, será o primeiro a levar o caso ao Ministério Público. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse concordar que durante estes anos todos a Cerâmica Fonte Nova não construiu porque assim não o quis fazer, contudo, em vinte anos, aquela empresa foi notificada para o efeito apenas uma vez e passado um mês dessa notificação estava-se a vender o lote contíguo e consequentemente a anular a notificação, uma vez que, tacitamente, se chegou a um entendimento. ....

Esclareceu que o Regulamento de Acesso e de Venda de Lotes da Zona Industrial, era parte integrante, um anexo do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oiã, o qual foi revogado pela publicação em Diário da República de 20 de julho de 1999. ....

Disse estar perante uma situação muito complexa e que entendia o desconforto de todos os





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Vereadores e não só da oposição, em ter de escolher um caminho que pode ser difícil e perigoso, mas, no seu entender, esta é a solução menos prejudicial para o Município de Oliveira do Bairro, tendo em atenção que se a opção fosse obrigar a empresa a fazer reversão do lote contra pagamento do que foi pago, a mesma recorreria aos Tribunais para fazer valer os seus direitos e provavelmente teria lugar mais uma década de litígio judicial e sem solução à vista.....

Porque lhe parece que não se está a cometer nenhuma ilegalidade, disse que, na sua opinião, esta é a solução mais conveniente para os interesses do Município.....

O assessor jurídico **Dr. Pais do Amaral**, reiterou que numa primeira leitura, a sua opinião ia de encontro à do Vereador António Mota, ou seja, que o Regulamento não se encontrava revogado, contudo, tendo constatado que um Regulamento revogou aquele, não pode dizer que não se encontra revogado.....

Acrescentou que a questão se complica pelo facto de aquando da celebração do protonegocio o Regulamento em causa se encontrar em vigor e por conseguinte, as obrigações encontravam-se válidas e as partes tinham de contar com aquela regulação jurídica e seria daí que nasceria alguma força do Município e não de um Regulamento que já não se encontra em vigor, já que a literalidade do Plano de Pormenor é clara, no sentido da revogação, contudo, o problema subsiste. ....

Estando em causa milhares de euros, disse não poder garantir à Câmara Municipal que tudo vá correr bem, daí reiterar que a hipótese do diálogo seria a mais frutuosa. ....

O **Vereador Rui Santos**, havendo uma empresa que quer vender e outra que quer comprar, disse que a questão fundamental é a de garantir que não existe qualquer ilegalidade no negócio, seja em termos técnicos, seja em termos jurídicos e pelas explicações que foram dadas, não está ainda esclarecido. ....

O **Vereador António Mota**, pelo que escutou, não há nenhum Técnico Municipal ou Vereador que consiga afirmar que o Regulamento se encontra em vigor, ou seja, para todos o Regulamento não está em vigor e isso tem de ficar muito bem esclarecido. ....

Acrescentou que todos querem que a NCP resolva o problema o mais urgentemente possível, porque é das empresas com maior crescimento no Concelho de Oliveira do Bairro e já houve tempo suficiente para a Câmara Municipal resolver o problema e só não se resolveu porque não houve vontade de o resolver da forma que considera legal, daí ter igualmente afirmado que não se encontrava devidamente esclarecido, dado não terem sido respondidas as perguntas colocadas, não foi demonstrado que o Regulamento não se encontra em vigor e para si o mesmo ainda se encontra em vigor, logo, o PPD/PSD não irá contrariar uma deliberação da Assembleia Municipal.....

O **Presidente da Câmara**, disse ter sido informado pelos Técnicos Municipais que o Regulamento de Venda de Lotes não se encontraria em vigor e após o assunto ter sido presente e retirado em Reunião de Câmara, o Dr. Pais do Amaral analisou o assunto e as suas conclusões foram por todos escutadas,





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

por conseguinte, disse que terá de confiar nas informações que lhe foram prestadas.....

O assessor jurídico **Dr. Pais do Amaral**, disse que poderá ser interposta uma ação, a qual demorará algum tempo, de simples apreciação, pedindo ao Tribunal que esclareça se o Regulamento está ou não em vigor e a partir daí poder-se-á agir com alguma certeza, mas o Município terá de estar preparado para aguardar 2 ou 3 anos. ....

O **Vereador António Mota**, procurou saber, da parte dos Técnicos Municipais, se o Regulamento se encontra ou não em vigor, porque a Câmara Municipal não pode aguardar por uma decisão 3 ou 4 anos, tem de ser resolvido de imediato. ....

O assessor jurídico **Dr. Pais do Amaral**, considerou haver ainda outra hipótese que pode ser explorada, tentar que o Ministério Público competente elucide o Município e dê algum conforto na decisão a tomar, muito embora nem sempre estejam disponíveis para este efeito, mas poderá ser uma solução a considerar, ou pedir um parecer a terceiro.....

O **Presidente da Câmara**, atendendo ao apelo do Vereador António Mota solicitou à Dr.ª Isabel Simões que se pronunciasse relativamente à questão levantada por aquele Vereador.....

A Técnica Municipal **Isabel Simões**, informou que o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oiã foi revogado pelo PDM de 1999 e que dos elementos que fazem instrução do Plano de Pormenor, ou seja, que dele fazem parte integrante, além das características de acesso, é o Regulamento de Funcionamento. Estando aquele Plano de Pormenor revogado, em termos de urbanismo não é aplicado. ....

O **Vereador António Mota**, disse que a melhor resposta para o assunto deve ser dada pelos Serviços que habitualmente tratam do processo de compra e venda dos lotes nas Zonas Industriais.....

O **Presidente da Câmara**, disse desconhecer quem é que, à data, em 1999, elaborava as competentes escrituras, tendo, contudo, questionado a Dr.ª Andreia Pereira, Jurista da Câmara Municipal relativamente à questão da validade do Regulamento.....

A Técnica Municipal **Andreia Pereira**, informou que, tendo em atenção a complexidade do assunto, o mesmo foi entregue ao Dr. Pais do Amaral e que, se o mesmo concluiu que o Regulamento se encontra revogado, não irá colocar em causa a opinião jurídica de um especialista nesta área. ....

O **Vereador António Mota**, disse que para tomar uma decisão consciente e ajudar a empresa a resolver o problema, deveria ser tudo mais célere e tal não está a sê-lo porque o Executivo Municipal assim não quer. ....

O **Presidente da Câmara**, informou que iria suspender os Trabalhos da presente Reunião de Câmara pelo período de cinco minutos. ....

Decorrido que foi o período de suspensão dos Trabalhos, foram os mesmos reatados pelo Presidente da Câmara.....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, disse que tendo em atenção que a dúvida se reduzia tão somente ao Regulamento de Venda dos Lotes, propôs aos Vereadores do Executivo Municipal, que a deliberação relativamente ao presente assunto fosse condicionada à obtenção de um parecer por parte do Ministério Público e um segundo por parte de uma entidade externa, para que não subsistam quaisquer dúvidas. ....

O **Vereador Rui Santos**, disse que para votar favoravelmente a proposta é suficiente que haja um parecer favorável por parte dos Serviços Técnicos e dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal. ...

O **Vereador António Mota**, disse que não iria tomar uma posição relativamente ao assunto, podendo a votação ser adiada, porque entende que não deve ser colocada em causa uma deliberação da Assembleia Municipal. ....

O **Presidente da Câmara**, disse que iria colocar o presente assunto à votação, com a condição por si sugerida, ou seja, somente produzirá efeitos, após obtenção favorável do entendimento do Ministério Público e de parecer a entidade externa, relativamente à vigência do Regulamento. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar e autorizar, sob condição de obtenção de entendimento/parecer favorável relativamente à vigência do Regulamento de Venda dos Lotes, por parte do Ministério Público e de outra entidade externa, o seguinte: .....

1.º - A outorga da escritura de compra e venda do lote C23 à Cerâmica Fonte Nova, Lda., que se encontra inscrito na matriz predial urbana sob o artigo urbano 5429, pelo preço de 102.949,79 € (cento e dois mil novecentos e quarenta e nove euros e setenta e nove cêntimos), sendo que desse preço o município já recebeu, 96.828,29 € (noventa e seis mil oitocentos e vinte e oito euros e vinte e nove cêntimos), devendo o remanescente no valor de 6.121,50 € (seis mil cento e vinte e um euros e cinquenta cêntimos) ser pago até às 16h00 da véspera do dia da outorga da escritura; .....

2.º - Que do título de transmissão, não constem as cláusulas de reversão e resolução, habituais em caso de incumprimento dos prazos definidos para entrega do projeto de licenciamento, início de construção, seu fim e entrada em laboração/funcionamento; .....

3.º - Que a Cerâmica Fonte Nova, Lda., revenda o citado lote C23 à sociedade anónima NCP – Fabrico de Produtos Metálicos, S.A., nos termos e condições constantes dos pontos 20 a 22, todos da Informação/Proposta n.º 9 – Mandato 2017/2021, apresentada pelo Vice-Presidente da Câmara e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

O **Vereador António Mota**, declarou ter votado contra por entender que o assunto poderia ter sido retirado e aguardar a obtenção dos respetivos pareceres. ....

**PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 38 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO**



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

PRESIDENTE DA CÂMARA – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO  
Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

O **Presidente da Câmara**, tendo em atenção o facto de ter sido remetida cópia do presente assunto a todos os Vereadores, disse estar disponível para prestar esclarecimentos.....

O **Vereador António Mota**, entende que o Executivo Municipal tudo deve fazer para que aqueles colaboradores que estiveram durante longos anos ao serviço da Câmara Municipal, vejam regularizada a sua situação, uma vez que, se foram necessários até ao momento, também são necessários no futuro e por conseguinte, todos eles deveriam ver a sua situação regularizada. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu que a Proposta vem acompanhada de informação fundamentada nas necessidades para cada função apresentadas pelos Técnicos.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Local, não estabelecer nenhuma fase prévia para apresentação de requerimentos por parte das pessoas, nem qualquer comissão que proceda à sua análise, porquanto a Câmara Municipal já considerou todas as possibilidades passíveis de serem enquadradas; .....

2.º - Reconhecer, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, que estão em causa 8 postos de trabalho [1 posto de trabalho para a carreira não revista de Informática; 6 postos de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, na área de Desporto e 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional (de serviços gerais)] que correspondem a necessidades permanentes do Município, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias e que o vínculo adequado é um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;.....

3.º - Apresentar proposta à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, para que o Mapa de Pessoal seja alterado [em número necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas]; .....

4.º - Publicitar, no sítio da internet do Município de Oliveira do Bairro, a informação referente aos postos de trabalho reconhecidos pelo órgão executivo como satisfazendo necessidades permanentes sem vínculo adequado; .....

5.º - Uma vez alterado o Mapa de Pessoal, proceder, de imediato, à abertura dos procedimentos concursais para constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado, nos termos estabelecidos no Programa de Regularização [Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro], notificando todos os interessados, nos termos previstos no referido diploma legal; .....

6.º - Aprovar a composição dos júris de cada um dos procedimentos, proposta na



Oliveira do Bairro câmara municipal

Informação/Proposta n.º 38 – Mandato 29018-2021 do Presidente da Câmara, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 39 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO – REQUERIMENTO APRESENTADO POR FÁBIO MIGUEL NEVES DE ALMEIDA EM 30.01.2018 ..**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

O **Presidente da Câmara**, informou que o presente assunto se relaciona com o anterior, mas possui uma informação específica para o efeito. ....

O **Vereador António Mota**, disse que a informação é clara e evidente, lamentando, contudo, esta decisão. O Executivo entende que o funcionário em causa não cumpre com os mesmos parâmetros dos anteriores e que, por conseguinte, pode ser dispensado, o que discorda, porque se o mesmo foi necessário até agora, também o seria de futuro.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que a possibilidade de regularização dos vínculos precários se encontra descrita na Lei e é a Lei que está a ser aplicada.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, mediante votação por escrutínio secreto, deliberou por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra, o seguinte:.....

1.º Não considerar o avençado Fábio Miguel Neves de Almeida, abrangido pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, por não cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, designadamente porque as funções exercidas não visam a satisfação de necessidades permanentes do serviço, inexistindo sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das chefias, sendo o vínculo jurídico adequado; .....

2.º - Notificar o interessado para exercer, querendo, por escrito e no prazo de 10 dias úteis, o direito de audiência prévia, nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, com indicação das horas e o local onde o processo pode ser consultado. ....

**PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 40 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2018.....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a capacidade de endividamento do Município de Oliveira do Bairro é de cerca de 8.000.000,00 € (oito milhões de euros), contudo, a possibilidade de contrair



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

financiamentos é muito mais reduzida, ronda os 2.000.000,00 € (dois milhões de euros), sendo que efetivamente o Município se prepara para contrair financiamento destinado a projetos em curso, nomeadamente no que concerne à ampliação das Zonas Industriais e vias de comunicação.....

Informou que a presente Revisão inclui o saldo de gerência anterior, o ajustamento de projetos recentemente aprovados.....

Do lado da Despesa, reportou-se à reestruturação da mesma em relação aos projetos que se encontram na sua fase inicial.....

Relativamente às recorrentes questões levantadas pelo Vereador António Mota no que respeita às dívidas herdadas do Executivo Municipal anterior, referiu as dívidas à firma Luságua, cujas faturas não eram pagas desde abril, tendo o respetivo pagamento, após negociações realizadas, iniciado em finais de dezembro, daí a necessidade de reforço de verbas. De igual modo focou o caso da EDP, cujas faturas em atraso obrigaram ao reforço de verbas e ainda a questão dos transportes, dada a indefinição do valor a pagar pelos alunos, as faturas somente começaram a ser pagas em 2018. A este respeito informou que o prazo médio de pagamentos era em outubro de 2017 de 90 dias, sendo agora de cerca de 60 dias.....

Mais disse que, poderá haver necessidade de efetuar uma nova Revisão Orçamental em face de todo o conjunto de situações e de todas as informações prestadas. ....

O **Vereador António Mota**, em face das informações prestadas pelo Presidente da Câmara, concluiu que a gestão para muitos passa ao lado, porque não pagar a recolha dos lixos e a eletricidade parece pouco, mas tudo somado são centenas de milhar de euros. ....

Referiu ficar satisfeito relativamente à decisão sobre a venda de terrenos, ou seja, reduzir a Receita, lamentando, contudo, a redução em termos orçamentais, ficando a sensação que existe uma desaceleração em matéria de investimento, muito embora entenda que sendo os projetos plurianuais, muitos deles mal vão iniciar no corrente ano e por conseguinte a verba não irá ser gasta. ....

Realçou o aumento da Despesa Corrente, nomeadamente pelos motivos que o Presidente da Câmara explicou na sua intervenção inicial.....

Sendo atualmente a dívida do Município de cerca de 7.000.000,00 € (sete milhões de euros), significa que somente poderá solicitar empréstimos no valor de cerca de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros), o que o surpreende, dado ter pensado que a verba poderia ser superior, o que, irá condicionar algumas das obras projetadas. ....

O **Vereador Rui Santos**, manifestou a sua preocupação pelo aumento da Despesa Corrente, muito embora reconheça que alguma da despesa resulta da atividade do Executivo Municipal anterior. ....

Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia existe um reforço de 18.500,00 € (dezoito mil e quinhentos euros) e depois uma diminuição de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros), tendo questionado da razão para tal acontecer.....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente à questão do endividamento bancário, informou que quando tomou posse verificou qual o montante de financiamento que poderia ser solicitado, de modo a ter uma noção do limite de investimento que se poderia realizar. Ao constatar a realidade, disse não entender como é que algumas pessoas proferem determinadas afirmações sem saberem exatamente o que estão a dizer. ....

O **Presidente da Câmara**, relativamente à questão da Luságua, informou que a Câmara Municipal pagou os serviços que efetivamente foram executados e nada mais, descontando aqueles que não foram realizados e de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos. Acrescentou que as primeiras faturas foram pagas em dezembro, após reuniões realizadas entre ambas as partes. Tendo em atenção toda a negociação havida, as faturas encontram-se, presentemente, regularizadas. ....

Em relação aos transportes, informou que somente no corrente ano é que foi emitida a fatura referente às carreiras regulares das crianças, o mesmo sucedendo com os transportes especiais que, apesar de faturados ainda no ano anterior, apenas no presente ano é que foi possível liquidar. ....

No que respeita à diminuição da verba para as Juntas de Freguesia informou que, aquando da orçamentação inicial a rubrica contemplava, entre outros, o apoio à UNISOB (dado à Junta de Freguesia), o apoio aos cursos de bordados e outras iniciativas, mas que continha valores destinados à aquisição de terrenos e que neste caso se optou por ser a Câmara Municipal a adquirir uma vez que as negociações já vinham sendo efetuadas pela Autarquia, sendo uma dessas situações, o terreno destinado à ampliação do cemitério de Vila Verde. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que dois milhões de euros de contração de dívida, permitem realizar muita obra e, na sua opinião, não se deve deixar de fazer obra com o receio de contrair empréstimos. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º – Subscrever a proposta da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e 1.ª Revisão ao Orçamento de 2018, nos exatos termos exarados na Informação/Proposta n.º 40 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais; .....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea a) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 41 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL [PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO]**.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto. ....





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, informou tratar-se de uma mera alteração relacionada com a regularização extraordinária dos vínculos precários e essencialmente ao nível da carreira de Técnico Superior. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º – Aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018, conforme documentos anexos à Informação/Proposta n.º 40 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, bem como a sua submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários. ....

**PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 10 – MANDATO 2017/2021, APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – DISTRATE/RESOLUÇÃO DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO LOTE Nº 12 DO LOTEAMENTO MUNICIPAL TITULADO PELA CERTIDÃO Nº 169/06, SITO NA ZONA INDUSTRIAL DA PALHAÇA – PRÉDIO URBANO ARTIGO 1774 COM A SOCIEDADE TERMAVE, SOCIEDADE DE COMBUSTÍVEIS, LDA. E VENDA SIMULTÂNEA À SOCIEDADE MASINDEST – AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, LDA. ....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o lote em questão se situa na Zona Industrial da Palhaça, mas com características diferentes do caso anteriormente analisado. ....

Referiu que a firma Termav adquiriu um terreno há alguns na Zona Industrial da Palhaça, não construiu e agora pretende alienar o lote à empresa que possui o lote contíguo e, por conseguinte, haverá lugar ao distrate e posterior venda. ....

Disse entender a analogia que possa ser feita relativamente à situação anteriormente analisada e se questione as opções diferenciadas, contudo, este é um caso de simples resolução, semelhante a muitos outros que já foram analisados e aprovados em Reunião de Câmara em anteriores mandatos, enquanto que o caso anterior é um caso jurídico muito complicado. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que é assim que também se terá de fazer no caso anteriormente analisado, contudo, entende que devem ser notificados outros proprietários para se saber se estarão, eventualmente, interessados no lote e independentemente dos eventuais riscos que essa situação possa originar. ....

Mais disse que esta decisão vem no seguimento do Regulamento que referiu na situação anterior, sendo este o procedimento adequado relativamente aos lotes das Zonas Industriais. ....

O **Vereador Rui Santos**, manifestou a sua concordância quanto ao procedimento seguido, questionando, contudo, se, não deveria ser levada a efeito uma hasta pública para alienação do lote





Oliveira do Bairro câmara municipal

por parte da Câmara Municipal. ....

De igual forma procurou saber como foi definido o valor de venda. ....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que este lote, ao contrário do que sucedia com o outro, se encontra vendido e escriturado, ou seja, é uma situação muito distinta da anteriormente discutida. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, recordou que a outra situação era tão fácil de solucionar que demorou vinte anos a resolver. ....

Informou que o lote irá ser vendido à detentora do lote contíguo pelo facto de ser uma empresa em grande expansão e necessita de aumentar a sua capacidade produtiva no atual espaço, caso não suceda, haverá a necessidade de encontrar outras instalações, o que poderá significar a sua saída do Concelho. ....

Mais informou ter-se colocado a possibilidade do recurso a hasta pública, contudo, ponderados os prós e os contras, entendeu-se privilegiar uma empresa que já se encontra instalada e pretende expandir-se e não arriscar no desconhecido. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que a questão anteriormente discutida já decorre há vinte anos, porque a proprietária do lote nunca ali pretendeu construir e agora surgiu a oportunidade de realizar um bom negócio. ....

O **Vereador Rui Santos**, tendo em atenção a qualidade da empresa adquirente, disse estar na disponibilidade de invocar o interesse público, se assim for entendido, para resolver a situação e para que não haja qualquer problema no futuro. ....

O **Presidente da Câmara**, disse que se pretende efetivar o distrate e posterior venda, de forma mais transparente possível, não pretendendo que, este caso em concreto, dê origem a mais um caso de difícil resolução. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar e autorizar o seguinte: ....

1.º - O distrate do negócio jurídico - escritura de compra e venda - que titulou a posse do prédio urbano artigo 1774/Palhaça – Lote 12 do Loteamento Municipal titulado pela Certidão nº 169/06, sito na Zona Industrial da Palhaça, restituindo para o efeito à Termave, Sociedade de Combustíveis, Lda., a importância de 57.884,00 € (cinquenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro euros) (preço pago pelo lote), após prévia cabimentação, sendo que as benfeitorias lá existentes, nomeadamente, os muros de vedação, se manterão no prédio; ....

2.º - A venda do referido lote pelo preço de 68.875,00 € (sessenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco euros), à sociedade, Masindest – Automação Industrial, Lda., sendo que do título de transmissão (escritura de compra e venda, deverão constar as cláusulas de reversão e resolução, habituais em caso de incumprimento dos prazos definidos para entrega do projeto de licenciamento/ampliação, início de construção e seu fim, bem como de todas as outras). ....



Oliveira do Bairro câmara municipal

**PONTO 8 - INFORMAÇÃO|PROPOSTA 5|2018, APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROTOCOLO DE APOIO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO (DÁ MAIS TEMPO À VIDA) – APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA DE ENCERRAMENTO .....**

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto. ....

A **Vereadora Susana Martins**, informou que irá ter lugar o culminar de três meses de trabalho das equipas do Projeto “Dá Mais Tempo à Vida”, tendo a Câmara Municipal sido parceira, desde o início, daquela iniciativa. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a estabelecer entre o Município de Oliveira do Bairro e o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, nos termos da Informação/Proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro datada de 6 de julho de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 9 - INFORMAÇÃO|PROPOSTA 38|GAP, APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO .....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Susana Martins, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara**, deu a conhecer terem sido auscultadas as Associações do Concelho relativamente a este Projeto de Regulamento, por intermédio da realização de diversas reuniões e que resultaram na inclusão de algumas sugestões adiantadas pelas mesmas, o assunto encontra-se em condições para ser subscrito e remetido para aprovação da Assembleia Municipal. ....

O **Vereador Rui Santos**, relativamente a este Projeto de Regulamento, questionou se foi feito algum estudo de impacto no orçamento municipal decorrente da aplicação do mesmo. ....

Lamentou o facto de não constar no Regulamento, a disponibilidade por parte da Câmara Municipal em prestar o devido apoio técnico tão necessário às Associações no cumprimento do Regulamento.

Considerou que deveria haver um regime transitório, que permitisse a continuidade do financiamento, de modo a que não haja grandes ruturas financeiras que possam colocar a atividades das Associações enquanto este Regulamento não entra em vigor.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que as Associações dão muita vida ao Concelho de Oliveira do Bairro, lembrando que aquando da discussão inicial do presente Projeto de Regulamento se alertou para eventuais dificuldades que as Associações iriam ter em termos de aplicação do Regulamento, uma vez que as Associações não possuem capacidade técnica para o efeito, daí ter sugerido a criação



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

de um Gabinete de Apoio às Associações. ....

Na sua opinião o Projeto de Regulamento é muito profícuo na área desportiva, lembrando que também existe formação nas Bandas Filarmónicas e essa situação não se encontra acautelada no Regulamento e aquelas Associações sentem-se prejudicadas em comparação com as desportivas. . No que concerne às Associações de âmbito desportivo, referiu que algumas se sentem prejudicadas decorrente do facto de possuírem encargos com as respetivas infraestruturas, ao contrário do que sucede com outras que utilizam os equipamentos municipais, sendo que, na sua opinião, este tipo de constrangimentos não se encontra espelhado de uma forma transparente no Regulamento. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que o presente Projeto de Regulamento mais parece uma verborreia legislativa, uma vez que permite que a Câmara Municipal analise outras situações. ....

Mais disse que tem havido um regime transitório nesta fase, uma vez que as Associações já começam a cumprir o Projeto de Regulamento e levam uma majoração, o que deveria ser um sinal para alterar um conjunto de situações do Regulamento relacionadas com as percentagens de comparticipação. .

No seu entender, o Estado, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, devem ser os responsáveis por colocar uma série de equipamentos à disposição dos utentes e apesar da majoração de 10% em matéria de investimento, considera que fica ainda muito aquém do expectável. ....

Referiu não haver uma clara distinção entre as Associações que utilizam instalações desportivas municipais, em que a Câmara Municipal paga a água, luz e outras despesas, com aqueles que possuem os seus próprios equipamentos e as mesmas não possuem capacidade económica para conseguir substituir alguns dos equipamentos que utilizam e esta é uma questão que deveria ser revista e o tempo certamente que se irá encarregar de lhe dar ou não razão relativamente à opção de voto que irá tomar. ....

Disse considerar que o presente Regulamento significa o decapitar de algumas Associações e uma forma dos seus dirigentes perderem ânimo de continuar a pertencer aos órgãos sociais, porque, no seu entender, ninguém irá fazer parte de uma Direção depois de ler o presente Regulamento, a menos que sejam Associações habituadas a utilizar equipamentos municipais, porque a esses, pagam-lhe a água, a luz, a limpeza e outras despesas. ....

Considera que a presente redação do Regulamento é muito semelhante à que foi presente anteriormente, pelo que, no seu entender, as sugestões provenientes do movimento associativo não foram, na sua grande medida, tidas em consideração, pelo que, a posição de voto do PPD/PSD é de rejeitar o documento. ....

O **Presidente da Câmara**, informou que a matéria dos investimentos levou a que fosse levada a efeito uma alteração ao teor do clausulado do Projeto de Regulamento e a inclusão de mais uma alínea vem permitir que a Câmara Municipal possa tomar uma decisão em relação à estratégia para o Concelho e das entidades desportivas, culturais e sociais. ....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou existir abertura por parte da Câmara Municipal em analisar os investimentos efetuados por parte das Associações que possuem equipamentos próprios, nomeadamente no que respeita à sua substituição ou reparação. Referiu que uma das suas preocupações passa por balizar as Associações nos apoios que recebem, quer sejam financeiros, quer sejam materiais, nomeadamente com a utilização de equipamentos pertença do Município, uma vez que, na sua opinião deve haver um equilíbrio na distribuição de apoios, daí a necessidade de serem implementadas algumas regras. Mais disse que não ter sido negado o apoio a qualquer Associação e não vai ser negado no futuro, tanto mais que se pretende incentivar as Associações a procurar outras fontes de financiamento e outros projetos.....

Realçou, não se pretender, no presente ano, fazer nenhuma redução a apoios anteriormente concedidos de forma corrente às Associações, de forma a não as prejudicar, contudo, terá o Município de disciplinar algumas situações que eram feitas de forma menos correta. ....

Informou que a questão da formação nas Bandas Filarmónicas será devidamente acautelada pela Comissão de Análise, porque é com base na formação que os elementos das Bandas se vão substituindo. ....

Acrescentou que, o que se pretende com o presente Regulamento é tomar as melhores decisões em prol das Associações do Concelho de Oliveira do Bairro. ....

A **Vereadora Susana Martins**, informou que o presente documento levou bastante tempo a ser elaborado, fruto igualmente de muitas reuniões que foram levadas a efeito, sendo que nas reuniões havidas com as Associações, as mesmas não discordam do teor do Regulamento, antes pelo contrário, entendem isso sim, que lhes irá dar mais trabalho do que tinham até ao momento. ....

Realçou que, com o presente Regulamento, nenhuma Associação será prejudicada relativamente aos apoios que vinha recebendo até ao momento. ....

O **Presidente da Câmara**, informou ainda ter sido efetuada uma análise aos apoios que foram atribuídos no ano transato às Associações e por conseguinte a revisão orçamental já inclui alguns ajustamentos. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de projeto de Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação|Proposta n.º 5/2018 prestada pelo Gabinete de Apoio às Associações, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais; .....

2.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal aquele projeto de Regulamento, por força da



Oliveira do Bairro câmara municipal

conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; .....

3.º - Seguidamente, em caso de aprovação nos termos antes mencionados, promover a sua publicação nos termos legais. ....

Pelo Vereador António Mota, foi apresentada uma declaração de voto verbal, na qual declara que o voto contra dos Vereadores do PPD/PSD se justifica pelas razões por si invocadas nas suas intervenções .....

**PONTO 10 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 188.2018|DGUOM – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PASSEIO EM DOMÍNIO PÚBLICO POR PARTE DE FILIPE DA SILVA MARTINEZ E EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO PELA CÂMARA MUNICIPAL – OBRA SITA NO SILVEIRO, OIÃ .....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, recordou ter-se criado um hábito, sobretudo no último mandato, a cedência de material por parte da Câmara Municipal para execução e arranjos exteriores. Sucede, porém, que o normativo em vigor refere que essa responsabilidade compete aos respetivos proprietários executar os arranjos exteriores das respetivas construções. ....

Não havendo qualquer critério nessa cedência, no seu entender deve este comportamento ser devidamente esclarecido e por conseguinte, o critério que se propõe é que os proprietários executem os respetivos passeios e a Câmara Municipal encarrega-se de executar o estacionamento. ....

O **Vereador Rui Santos**, questionou se os arranjos exteriores não devem ser executados pelos donos da obra. ....

O **Vereador António Mota**, esclareceu que o procedimento foi sempre o mesmo, o proprietário resolve a questão dos passeios e se houver cedência de terreno destinado a estacionamento a Câmara Municipal resolve. O grave, no seu entender, é o facto de serem as Juntas de Freguesia a executar os passeios, com o material que é cedido pela Câmara Municipal e é aí que a Câmara Municipal deve focar a sua atenção. ....

O **Presidente da Câmara**, informou que, enquanto foi Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias, eram escolhidas as vias e executava-se o trabalho onde havia ausência de passeios, sendo exemplo disso mesmo a Mamarrosa, lembrando que as Juntas de Freguesia quando requisitam material têm de informar para onde se destina a sua aplicação. ....

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que a regra não foi sempre a mesma, sendo exemplo disso mesmo, três pontos da Ordem de Trabalhos da última Reunião de Câmara do mandato anterior, pressupondo que tal se prendia com os requerimentos que eram apresentados na Câmara Municipal.



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Com a presente Proposta pretende-se disciplinar essas mesmas cedências e ter um critério uniforme. O **Vereador Rui Santos**, entende que a situação deve ser analisada a partir do valor de cedência do terreno, do valor de execução dos arranjos exteriores, que parte deles ou a totalidade são da responsabilidade do proprietário, mas devendo os mesmos ser executados sob orientação dos Técnicos Municipais, de modo a fazer cumprir as normas técnicas e uniformizar esses mesmos arranjos exteriores.....

O **Presidente da Câmara**, concorda que deve haver uma uniformidade na execução dos passeios, tendo já solicitado ao Vice-Presidente da Câmara que em todos os projetos, a forma e o pavê definido seja idêntico, ou seja, haver uma fiscalização preventiva relativamente a essa situação e sempre de acordo com o previsto no PDM. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

- 1.º - Autorizar a execução do passeio público pelo requerente – Filipe da Silva Martinez (conforme proposto pelo mesmo), numa extensão aproximada de 63m e com largura de 1,60m, responsabilizando-se este pelo material (que se deverá enquadrar no existente na envolvente) e mão de obra; .....
- 2.º - Executar o estacionamento público, numa extensão aproximada de 63m e com a largura de 2,25m;.....
- 3.º - Revogar o teor da deliberação constante do ponto 14 da Reunião de Câmara de 28 de setembro de 2017.....

**PONTO 11 – INFORMAÇÃO TÉCNICA – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PASSEIO EM DOMÍNIO PÚBLICO POR PARTE DE NELSON RICARDO FREIRE VIEIRA E EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO PELA CÂMARA MUNICIPAL – OBRA SITA NA RUA N.ª SR.ª DAS NECESSIDADES, SOBREIRO .....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a execução do passeio por parte do requerente Nelson Ricardo Freire Vieira, responsabilizando-se este pelo material (que se deverá enquadrar no existente na envolvente) e mão de obra, devendo o Município executar a área de estacionamento público. ....

**PONTO 12 – E-MAIL DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE BUSTOS, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE GRADES METÁLICAS E MALHA SOL, DE 9 A 11 DE AGOSTO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE SÃO LOURENÇO.....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Bustos de Grades Metálicas e Malha Sol, de 9 a 11 de agosto de 2018, para apoio à realização das Festas em Honra de “São Lourenço”. ....



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....  
**PONTO 13 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 14/2018 DO COORDENADOR DO PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA SUBMISSÃO DE PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 4 DE JULHO DE 2018.**.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu que lhe foi transmitido pelo Coordenador do Projeto, terem sido recebidas sete Propostas no âmbito do Orçamento Participativo. ....

O **Vereador António Mota**, questionou se eram sete para todo o Concelho. ....

O **Presidente da Câmara**, confirmou que efetivamente eram sete para todo o Concelho, muito embora duas se tenham fundido numa só. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de julho de 2017, em que autorizou a prorrogação de prazo para submissão de Propostas no âmbito do Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro. ....

.....  
**PONTO 14 – E-MAIL DA ORDEM DOS SOLICITADORES E AGENTES DE EXECUÇÃO (DELEGAÇÃO DE AVEIRO), A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 6 DE JULHO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DE REUNIÃO DE TRABALHO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 3 DE JULHO DE 2018.**.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de julho de 2017, em que autorizou a cedência à Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução (Delegação de Aveiro) do Auditório do “Espaço Inovação”, no dia 6 de julho de 2018, para efeitos de realização de reunião de trabalho. ....

.....  
**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 11 de julho do ano de 2018, do qual constam os seguintes dados e valores: .....

**DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS:** ..... 1.544.384 Euros e 20 Cêntimos

**DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** ..... 804.297 Euros e 28 Cêntimos

**TOTAL DAS DISPONIBILIDADES:** ..... 2.348.681 Euros e 48 Cêntimos

.....  
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

dezassete horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

---

Duarte dos Santos Almeida Novo

---

José Miguel Cardoso Duarte

---

Jorge Ferreira Pato

---

Jéssica Iolanda Amorim Lourenço

---

Susana Maria da Silva Martins

---

António Augusto Marques Mota

---

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

---



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Rui Jorge Marques Santos